

NOSSA CAPA



A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DA MARINHA DO BRASIL NO PANTANAL – um planejamento baseado em capacidades

MOZART JUNQUEIRA RIBEIRO*
Capitão de Mar e Guerra

SUMÁRIO

Introdução
A importância geoestratégica da região do Pantanal
As ameaças ao povo brasileiro e à soberania nacional
Limitações e possibilidades das Operações Ribeirinhas
O preparo e o emprego do Poder Naval
Conclusão

INTRODUÇÃO

Os conflitos que ocorreram em todo o mundo após o fim da Guerra Fria (1946-1989) sistematizam e fortalecem as teorias realistas e fazem desaparecer

as certezas, tornando nebulosas as visões prospectivas de manutenção da ordem mundial. O cientista político Luigi Bonanate afirma, na obra *A Guerra*, que o fato que torna comum os conflitos armados é que estes são travados não por si próprios,

* Especializado em eletrônica. Serviu nos CTs *Paraíba* e *Pará*, no NDD *Rio de Janeiro*, no NE *Brasil*. Foi comandante do Monitor *Parnaíba*. Serviu no 6º DN e no gabinete do Comandante da Marinha. Atualmente serve no Estado-Maior da Armada (EMA).

mas pelo seu objetivo, ou pela determinação de uma regulamentação autoritária das relações interestatais (BONANATE, 2001). Dessa forma, são preparados no intuito de os Estados imporem a sua própria ordem e tornam-se o instrumento fundamental da política externa. A perspectiva é de que um novo conflito poderá eclodir neste século cada vez que a estrutura de domínio internacional existente for questionada.

Os conflitos armados têm sido objeto de estudo de diversos militares, cientistas políticos e filósofos em que o principal desafio é desenvolver cenários projetivos e prospectivos, bem como identificar as possíveis motivações das crises futuras. Guiado por este pensamento, o escritor Michael T. Klare, no livro *Resource Wars*, define que, no futuro, o principal motivo das crises será a disputa por recursos naturais, como a água (KLARE, 2001). Sob outro enfoque, verificamos que na

América Latina ainda existem diversos focos de instabilidade e contestações territoriais, em que contendias políticas e sociais envolvem nacionais, residentes nos Estados vizinhos. Jack Child (1902-1991), na obra *Geopolitics and Conflict in South America*, publicada em 1985 pelo Hoover Institution, apresenta um mosaico geopolítico deste subcontinente e conclui que a escalada de crises internas em Estados latino-americanos poderá causar transbordamentos e afetar a segurança regional.

No momento em que o mundo globaliza do volta seus olhos para questões ambientais e emergem possibilidades de conflitos por disputa de recursos naturais, como o caso da água, alguns importantes biomas brasileiros,

com elevados potenciais hídricos, passam a ser foco de preocupação de defesa. Além desse fato, instabilidades políticas, econômicas e sociais em Estados adjacentes à fronteira oeste e o crescimento de crimes transnacionais fazem com que seja necessário manter o foco na região do Pantanal. Em decorrência de suas características geomorfológicas, o Pantanal forma uma planície de aproximadamente 150.355 km², um ecossistema fluvial classificado como a maior planície alagável contínua do planeta (CARVALHO, 1986). Esse proeminente bioma pode vir a se tornar objeto de cobiça internacional ou palco de conflitos armados regionais, com a possibilidade de emprego

da Marinha do Brasil (MB) em Operações Ribeirinhas na bacia do Rio Paraguai, na defesa de nossa soberania ou de brasileiros residentes em Estados limítrofes, nas proximidades da fronteira oeste.

Em face dos argumentos inicial-

mente apresentados, torna-se imprescindível o estudo da importância da presença da Marinha do Brasil no Pantanal, com enfoque na faixa de fronteira que essa região encerra com os Estados contíguos. Considerando-se a sua importância geoestratégica, serão analisadas as possíveis ameaças, que possam levar ao emprego das Forças Armadas, e em especial a Marinha, e identificadas as limitações e possibilidades para realização de Operações Ribeirinhas na defesa da soberania e do povo brasileiro.

A abordagem inicia-se com um estudo do ambiente externo, em que é apresentada a importância geoestratégica do Pantanal, descrevendo as suas características fisiográficas, fatos históricos e a evolução do

O Pantanal forma uma planície de aproximadamente 150 mil km², um ecossistema fluvial classificado como a maior planície alagável contínua do planeta

pensamento geopolítico para a região, além de aspectos econômicos, ou seja, um mosaico das oportunidades oferecidas pelo meio pantaneiro. Ainda em uma análise do ambiente externo, serão descritas algumas possíveis ameaças vislumbradas no entorno estratégico, sob o enfoque das instabilidades econômicas, sociais e políticas regionais; as decorrentes dos ilícitos transnacionais; e as relacionadas às propostas de internacionalização de biomas. No ambiente interno, será possível ter a percepção das limitações e possibilidades das Operações Ribeirinhas, à luz da combinação dos dois ambientes, interno e externo, concluindo-se alguns pontos focais para o preparo e o emprego da Marinha do Brasil, a partir de um Planejamento Baseado em Capacidades (PBC). Complementarmente, ao final do artigo, propõe-se uma figura esquemática, resumindo de forma ilustrativa os aspectos estratégicos e operacionais mais significativos.

A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DA REGIÃO DO PANTANAL

Características fisiográficas do Pantanal

A potamografia brasileira, estimada em 50.000 km, destaca-se no cenário mundial como um dos maiores potenciais hídricos do mundo.¹ Essa vasta rede atravessa importantes regiões do Brasil, tornando-se vetor de desenvolvimento e integração do território nacional. Entre as bacias fluviiais brasileiras mais proeminentes destaca-se a do Rio Paraguai, que é classicamente dividida em quatro trechos característicos:

o Paraguai Superior, que se estende das nascentes até a cidade de Cáceres, no estado do Mato Grosso (MT); o Alto Paraguai, que compreende o trecho entre Cáceres e a foz do Rio Apa, esta no estado do Mato Grosso do Sul (MS); o Médio Paraguai, entre a foz do Rio Apa e a cidade de Itapiru, já em território da República do Paraguai; e o Paraguai Inferior, que se estende desse último ponto até a desembocadura no Rio Paraná.

O Alto Paraguai possui uma extensão de 1.278 km e compõe o trecho navegável do rio incluso na faixa de fronteira brasileira.² Nessa área, o rio, em alguns trechos, possui regime de compartilhamento de águas com o Estado Plurinacional da Bolívia e com a República do Paraguai. No que diz respeito às condições de navegabilidade, o Alto Paraguai pode ser dividido em dois subtrechos, que compreendem da foz do Rio Apa até o Porto de Corumbá-MS (Tramo Sul) e do Porto de Corumbá até o Porto de Cáceres (Tramo Norte).

Pelas características de compartilhamento de águas e por definir parcela significativa dos limites de fronteira brasileiros, o regime jurídico do rio torna-se uma questão importante a ser discutida. Hildebrando Accioly (1888-1962), embaixador, cônsul jurídico do Ministério das Relações Exteriores e professor catedrático da Universidade Católica de São Paulo, desenvolveu estudo sobre o Rio Paraguai, classificando-o como internacional. Em sua obra, intitulada *Direito Internacional Público*, faz distinção, ainda, entre o internacionalismo contíguo, quando os rios separam Estados lado a lado, e o internacionalismo sucessivo, quando percorrem sucessivamente Estados distintos. Afirma que, no caso do internacionalismo contíguo, as normas de

1 Dados extraídos do Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal). Diagnóstico dos Meios Físico e Biótico-Meio Biótico, Vol. II, Tomo II. 1997, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (BRASIL, 1997).

2 Idem, *ibidem*.

direito internacional já se encontram bastante claras (apesar de na prática ser difícil fazer cumprir as legislações e os tratados que adotam tal critério como referência, já que a linha de fronteira é imaginária, fazendo com que crimes transnacionais e violações de fronteiras sejam difíceis de serem caracterizados e combatidos), porém no internacionalismo sucessivo existem divergências, por conta do desenvolvimento acelerado da utilização dos cursos de água (SILVA; ACCIOLY, 2002).

O Rio Paraguai, em particular, compreende as duas classificações, dado que, no trecho entre Cáceres e a foz do Apa, o Rio Paraguai corre em território brasileiro até seu quilômetro 1.310, onde passa a ser contíguo com a Bolívia por 48 km, e em seguida continua sua contiguidade, porém, a partir desse ponto, com o Paraguai. Após a confluência com o Apa, no seu quilômetro 932, o rio Paraguai torna-se sucessivo; e assim, em cada um dos trechos descritos, forma parcela significativa da faixa de fronteira oeste do Brasil.

Ainda em termos epistemológicos, na caracterização das fronteiras brasileiras prevalecem os conceitos de fronteira linha e fronteira faixa. A primeira é formada pela linha imaginária que segue o estabelecido em tratados internacionais, onde este detalhamento mostra-se indispensável quando se trata de fronteira balizada por rio, em definir se o limite passará por uma das margens, pelo talvegue ou pela mediana entre ambas as margens. Com relação à fronteira faixa, ou também denominada faixa de fronteira, a legislação brasileira consolidou o seu *status* jurídico na Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955, demarcando-a em 150 km (MATTOS, 1990). O conceito de fronteira faixa foi renovado na Constituição Federal de 1988, definida como: “A faixa

de até 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional” (BRASIL, 1988, cap. II, art. 20, XI).

Dos fatos abordados, depreende-se que a linha de fronteira, bem como a faixa de 150 km adjacente, sobretudo nos 1.278 km delimitados pelo trecho do Alto Paraguai, encerra na região Centro-Oeste uma área considerada como fundamental para a defesa do território brasileiro. Reforçando esse pensamento, e destacando a importância da região do Pantanal, o embaixador Álvaro Teixeira Soares defende, em *História da Formação das Fronteiras do Brasil*, que se a fronteira é o condicionamento resultante de uma política, então é primordial a existência de uma política vigilante, previdente e construtiva para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, bem como sensibilizadas demográfica e economicamente, tornando-se a afirmação de um espírito forte de nacionalidade (SOARES, 1972). Tais pensamentos coadunam-se com as teorias organicistas³ e nos mostram que as fronteiras são regiões geopoliticamente sensíveis que, vivificadas ou mortas, apresentam sensibilidade permanente. Cabe ao Estado, em benefício da paz, manter-se vigilante para que esta sensibilidade não se transforme em conflito.

Aspectos históricos e a evolução do pensamento geopolítico

Compreender plenamente a importância geopolítica e estratégica da região do Pantanal e o entrelaçamento com as dimensões geopolíticas da América do Sul, bem como a relevância do Rio Paraguai, tornou-se o estudo de geopolíticos brasileiros e estrangeiros e continua sendo um assunto

3 Entendimento oriundo da teoria organicista de Ratzel e Kjellén de que o Estado é um organismo vivo, inserida na tese determinista (MATTOS, 1990).

de grande relevância. Uma breve digressão histórica torna-se necessária antes de apresentarmos os pressupostos que evidenciam a magnitude geoestratégica da Região Centro-Oeste e do bioma pantaneiro.

Na fase colonial, comprimidos pela linha de Tordesilhas, vários tratadistas especializaram-se nos direitos reconhecidos à época, buscando orientar a colônia para sua expansão rumo ao oeste. Alexandre de Gusmão (1695-1753) introduziu, no Tratado de Madrid (1750), o princípio do *uti possidetis*, que consolidava juridicamente a expansão portuguesa. Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso reconhece o Rio Paraguai como limite das possessões portuguesas e espanholas, mas definia que os territórios da margem direita do rio, como Forte de Coimbra, deveriam ser entregues aos espanhóis. Porém, por inexistirem terras com capacidade de abrigar povoações na margem esquerda do Rio Paraguai, tornava-se impositivo manter as posições da margem direita, para assegurar o controle sobre o rio. Preocupados com o avanço português, os espanhóis ocuparam um ponto próximo a Forte de Coimbra, local em que foi construído o Forte Olimpo (1792), na margem direita do Rio Paraguai, a montante da região de Fecho dos Morros. Para reforçar a defesa de Forte de Coimbra, foram instalados postos fortificados na margem direita do rio, para prover apoio logístico ao forte. Assim, foram fundadas as cidades de Ladário e Corumbá, ambas em 1778 (MATTOS, 1990).

A defesa do Forte de Coimbra durante o período do Império é considerada um dos fatores mais importantes que conduziram à manutenção do atual Centro-Oeste. A região do Pantanal foi extremamente significativa para a manutenção da fronteira oeste ao longo da história

Pela posição estratégica na região, Forte de Coimbra foi alvo de diversos ataques, porém a sua manutenção proporcionou a consolidação da posse portuguesa da área litigiosa, na margem direita do Rio Paraguai. A defesa do Forte de Coimbra durante o período do Império é considerada um dos fatores mais importantes que conduziram à manutenção do atual Centro-Oeste. Se os espanhóis tivessem conquistado Forte de Coimbra, as localidades de Corumbá e Ladário teriam provavelmente caído, com o possível comprometimento da ocupação das cabeceiras dos rios Paraguai e Cuiabá.

A região do Pantanal foi extremamente significativa para a manutenção da fronteira oeste ao longo da história. Cabe, agora, apresentar alguns aspectos geopolíticos e estratégicos que conduziram a

política brasileira e a influenciam até os dias atuais. O General Mário Travassos (1891-1973) salienta, em sua obra *Projeção Continental do Brasil*, a força convergente da Região Centro-Oeste e destaca a cidade de Corumbá como um ponto focal de atração Platina e elo convergente do triângulo geopolítico continental, formado pelas cidades bolivianas de Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e Sucre.

O também militar e geopolítico brasileiro General Golbery do Couto e Silva (1911-1987) destaca a frente continental do Brasil e define a magnitude geopolítica da Região Centro-Oeste. Em sua obra

Geopolítica e Poder, examina a região Centro-Oeste como área *pivot*⁴, e afirma:

(...) avultam de importância, na frente continental, o fortalecimento de nossa base ecumênica, a exigir uma sólida e permanente articulação de norte a sul, bem assim a integração do Centro-Oeste, área de soldadura de inigualável importância estraté-

gica no coração do continente (...) (SILVA, 2003, p. 168).

Jack Child (1902-1991), na obra *Geopolitics and Conflict in South America*, estuda as ideias dos generais Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos, ressaltando a importância da destinação nacional brasileira, que intitula como “*Longitudinal Brazil*”⁵, em que um dos principais eixos é o que cruza Mato Grosso e conecta-se com o Triângulo Mágico⁶ boliviano. Child apresenta um mapa da América do Sul contendo o *Heartland* sul-americano (Figura 1), fazendo um paralelo com a teoria oriunda da escola geopolítica germânica do *Lebensraum*⁷ (CHILD, 1985).

A análise dos fatos históricos e do pensamento geopolítico regional, além de confirmar a aplicabilidade, na América do Sul, das teorias da escola determinista, por meio da identificação do seu *Heartland*, faz compreender a elevada importância do Pantanal, bem como a relevância do Rio Paraguai, evidenciando os aspectos geoestratégicos da região.



FIGURA 1 - Divisão geopolítica da América do Sul
Fonte: CHILD, 1985, p. 40

- 4 Halford John Mackinder publicou em 1904 um artigo intitulado “The Geographical Pivot of History” para a *Royal Geographical Society*, desenvolvendo a Teoria do Heartland e realizando uma análise geopolítica global (MATTOS, 1990).
- 5 Traduzido como “Brasil Longitudinal”, expressa a importância do avanço brasileiro em direção à fronteira oeste (CHILD, 1985, p. 39).
- 6 Triângulo geopolítico continental formado pelas cidades bolivianas de Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e Sucre (CHILD, 1985, p. 39).
- 7 O conceito concebido por Friedrich Ratzel e traduzido como “espaço vital”, entendido como o espaço de vida dos agrupamentos humanos (MATTOS, 1990).

Aspectos econômicos e demográficos

O Brasil, entendendo que o desenvolvimento da região depende do aumento da atividade comercial, assinou, em 1969, o Tratado da Bacia do Prata, a fim de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física de suas áreas de influência. Entre os setores de interesse comum, destacam-se: a navegação, o aproveitamento da água, as interligações elétricas e a industrialização. Prosseguindo

com a política desenvolvimentista da região, em 1973 foi firmado com a Bolívia o Tratado de Cochabamba, em continuidade ao Tratado de Roboré (1958). Ambos fixaram condições especiais para o desenvolvimento da fronteira entre os dois Estados e estabeleceram compromissos de investimentos no setor petrolífero, com a construção de um gasoduto interligando o município de Tajira, no sudoeste boliviano, ao litoral brasileiro, atravessando os municípios de Puerto Suarez (Bolívia) e Corumbá (Brasil). O mesmo dispositivo previa, à época, a intensificação do aproveitamento do ferro e do manganês das morrarias de



FIGURA 2 – Sistema Aquífero Guarani
Fonte: OEA, 2009, p. 120

Urucum, no Brasil, e Mutum, na Bolívia (PEREIRA, 2007).

Além dos pontos abordados, o Pantanal configura-se como uma das regiões mais ricas do mundo em potencial energético e insumos para o desenvolvimento industrial, além de fornecedora de alguns minerais estratégicos, como o manganês e o ferro, cuja escassez pode afetar a indústria de Estados importadores de tais *commodities*. Com relação às águas, o Aquífero Guarani (Figura 2), com 45.000 km³ de capacidade, destaca-se como um grande manancial de riqueza e possível objeto de preocupação de defesa no futuro. Em 2010 este foi considerado a maior reserva

O Aquífero Guarani, destaca-se como um grande manancial de riqueza e possível objeto de preocupação de defesa no futuro

subterrânea de água doce do mundo, com cerca de 70%⁸ de sua área no subsolo da região Centro-Oeste e Sudoeste do Brasil.

No tocante à demografia, a faixa de fronteira até a cidade de Corumbá apresenta um vazio populacional acentuado, com um gradativo aumento de ocupação para o sul. No trecho de fronteira contido no Pantanal, destacam-se os seguintes pontos de contato com os Estados da Bolívia e do Paraguai: Corixá (Brasil-MT) - San Matias (Bolívia), ligadas à cidade de Cáceres e conectadas, por rodovias, à cidade de Cuiabá; Corumbá - Puerto Suarez (Bolívia); e Porto Murtinho (Brasil-MS) - Isla Marguerita (Paraguai), que se interligam a Campo Grande por rodovias.

Após o estudo do valor geoestratégico da região do Pantanal, em especial da Bacia do Alto Paraguai, e confrontando os pontos de contato citados com as localidades identificadas

pelos teorias geopolíticas apresentadas anteriormente, pode-se concluir que as cidades de Cáceres, Corumbá e Porto Murtinho apresentam-se como Posições Estratégicas centrais na Bacia do Rio Paraguai (Figura 3). As constatações de cunho econômico e demográfico reforçam as diretrizes constantes da Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. O documento foca, em especial, a reorganização das Forças Armadas, tendo como um de seus principais preceitos o fato de que “a Marinha deverá estar mais presente (...) nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná” (BRA-

SIL, 2008b, item 8). Isto encerra, per se, a importância da Marinha do Brasil para a consecução dos objetivos nacionais na fronteira oeste. Dessa forma, a presença da MB na região deve considerar a centralidade que o Rio Paraguai possui sob os pontos de vista geopolítico e estratégico.

Diante da relevância geoestratégica da região, surgem preocupantes questões ambientais, que sugerem a internacionalização de biomas brasileiros, aliadas às instabilidades sociais em Estados vizinhos, que podem vir a configurar ameaças consideráveis no âmbito da defesa nacional. Complementando este quadro de preocupações,

nota-se que, com a crescente vivificação das cidades (pontos de contato) citadas, ganharam incremento os problemas de contrabando e narcotráfico, exigindo-se um sistema de vigilância e repressão capacitado e eficaz.

O crime organizado

transcende fronteiras e desafia as organizações governamentais encarregadas de combatê-lo, e não deve ser encarado apenas como questão de segurança interna do Estado brasileiro, mas também como um assunto de defesa, na medida em que traz tensões para a comunidade internacional. Não solucionar tais problemas pode acarretar ameaças à manutenção da soberania.

AS AMEAÇAS AO POVO BRASILEIRO E À SOBERANIA NACIONAL

Compreendida a importância geoestratégica do Pantanal, buscaremos identificar

As cidades de Cáceres, Corumbá e Porto Murtinho apresentam-se como Posições Estratégicas centrais na Bacia do Rio Paraguai

⁸ Dados extraídos do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani, elaborado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) (OEA, 2009).

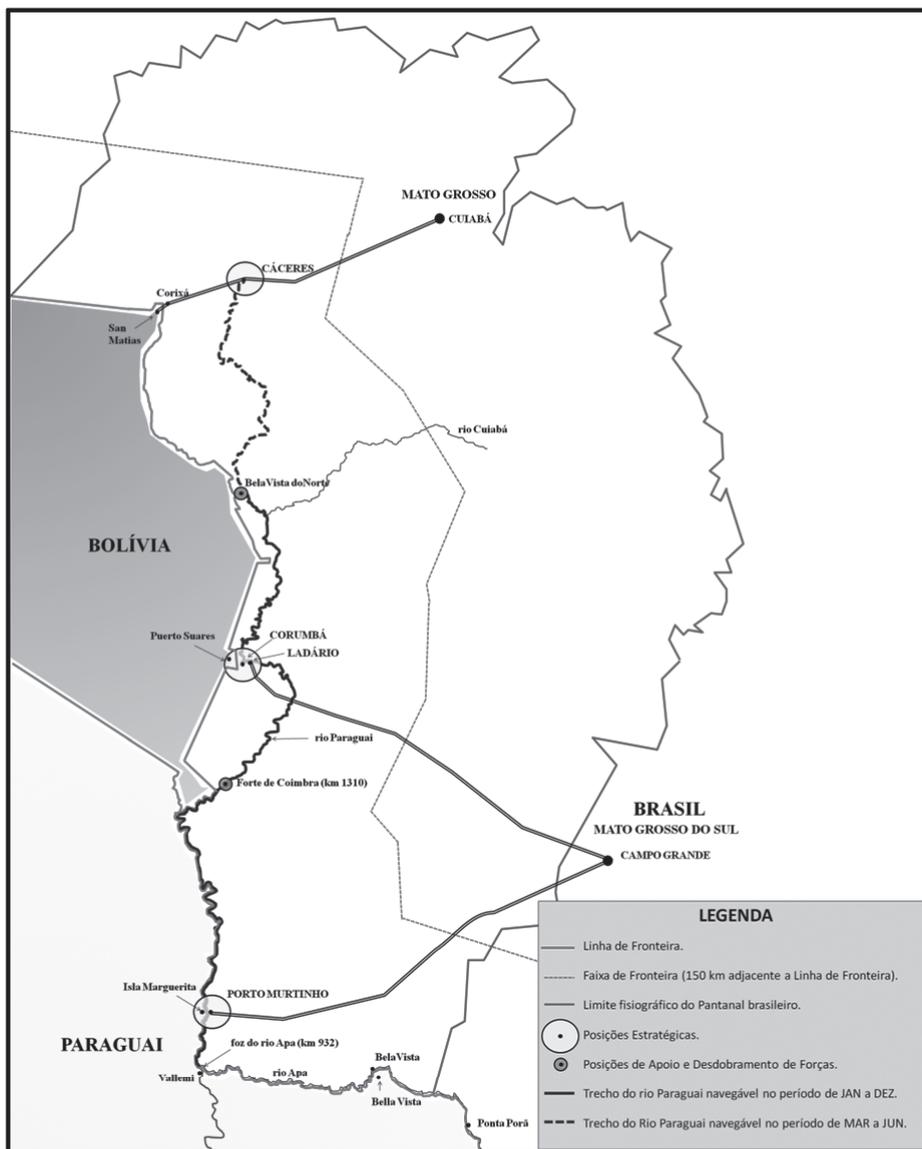


FIGURA 3 – Figura esquemática de aspectos estratégicos e operacionais do Pantanal (elaborada pelo autor)

as ameaças à soberania nacional e ao povo brasileiro, limitando-se ao estudo de interesses que possam conduzir a agressões estrangeiras naquela região. Dessa forma, antes de tecer considerações acerca das possíveis ameaças, torna-se necessário entender o alcance do termo “agressão

estrangeira”, que é qualificado no Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008, que regulamenta o Sistema Nacional de Mobilização, e define como “(...) ameaças ou atos lesivos à soberania nacional, à integridade territorial, ao povo brasileiro ou às instituições nacionais, ainda que não

signifiquem invasão ao território nacional” (BRASIL, 2008a, art. 2). Dessa forma, as ameaças à soberania e ao povo brasileiro poderão configurar-se não somente dentro, mas também fora do território nacional, tornando-se questão de defesa.

De acordo com a Política de Defesa Nacional (PDN), aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de outubro de 2005, no campo da estratégia militar regional sul-americana, as ameaças encontram-se difusas e fluidas, já que, “após um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. Porém é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses” (BRASIL, 2005a, Introdução). Complementando, a END define que:

Os ambientes apontados na Estratégia Nacional de Defesa não permitem vislumbrar ameaças militares concretas e definidas, representadas por forças antagônicas de países potencialmente inimigos ou de outros agentes não-estatais. Devido à incerteza das ameaças ao Estado, o preparo das Forças Armadas deve ser orientado para atuar no cumprimento de variadas missões, em diferentes áreas e cenários, para respaldar a ação política do Estado (BRASIL, 2008b, cap. 2).

Em decorrência das diretrizes formuladas pela END, devem ser consideradas as ameaças advindas das atividades irregulares, de inspiração política, revolucionárias ou ilegais, ou promovidas por interesses muitas vezes escusos. Tampouco devem ser desprezadas as crises internas em Es-

tados lindeiros, que podem se alastrar e causar conflitos locais. Considerando-se o alto grau de indeterminação e imprevisibilidade de ameaças no cenário pantaneiro, torna-se necessário realizar esforços de prospecção de possíveis cenários de emprego das Forças Armadas, de modo a permitir a elaboração de Planejamentos Baseados em Capacidades (PBC).

Instabilidades econômica, social e política regional

Na América Latina, o Brasil vem mantendo a posição de principal parceiro comercial do Paraguai e da Bolívia. Com o Paraguai, um dos tópicos de maior interesse brasileiro relaciona-se à produção e à absorção do excedente de energia gerada pela hidrelétrica de Itaipu. Alguns setores da sociedade e políticos paraguaios são contrários à venda desse excedente, justificando que esta ação vem comprometendo a economia paraguaia, agravando o descontentamento paraguaio com relação aos resultados alcançados com a sua integração ao Mercosul. Com a Bolívia, um dos principais assuntos das relações internacionais diz respeito à importação de gás, que, em maio de 2006, deflagrou uma crise quando o presidente da Bolívia, Evo Morales, anunciou a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos ativos, enviando tropas para ocupar instalações de gás e duas refinarias de propriedade da Petrobras na Bolívia. Tais acontecimentos reforçam as teorias realistas de que as relações internacionais são caracterizadas por interesses, neste exemplo econômicos, e evidenciam o equilíbrio instável do jogo de poder interestatal.

Nos campos social e político, a questão dos “brasiguaios”⁹, vítimas de agressões,

9 Brasileiros que emigraram para o Paraguai na década de 70, estimulados ao exercício de atividades agrícolas pelo governo paraguaio.

pode escalar crises locais delicadas. Muitos brasileiros que residem no Paraguai encontram-se em situação irregular, sem condições de obter documentos de permanência. Tem-se observado um avanço progressivo de ocupação territorial desses nacionais em direção a regiões ainda não exploradas no norte do Paraguai, caracterizando um movimento denominado como *brasilenización*. Esse fenômeno vem sendo explorado pela imprensa, e o enfoque normalmente é negativo, e culmina na preocupação do governo do Paraguai de estar se desenvolvendo um “Estado brasileiro” dentro de seu território, e essas áreas de muitos hibridismos culturais, tornam-se lugar de disputa política.

Dos aspectos abordados, concluímos que a região possui uma latente instabilidade econômica, social e política. Isto pode levar, no futuro, a uma indesejável ruptura, cujos desdobramentos podem gerar situações de crise e afetar as relações com o Brasil. Esta avaliação encerra a necessidade de termos capacidade militar crível na fronteira oeste, para caso seja necessário, numa situação extrema, o emprego das Forças Armadas no intuito de estabilizar a região, ou para realizar operações de resgate de nacionais.

Ilícitos transnacionais

Segundo a Política de Defesa Nacional, a segurança de um país é diretamente afetada pelo grau de instabilidade da região onde está inserido, sendo desejável a convergência de ações, visando à redução da criminalidade transnacional e ao desenvolvimento econômico e social, que tornarão a região mais coesa e forte (BRASIL, 2005a).

Nessa linha de pensamento, o General Carlos Patricio Freitas Pereira afirma que é preocupante lembrar as recentes afirmações de líderes estadunidenses de que as suas forças armadas poderão intervir na América do Sul contra organizações transnacionais hostis, como terroristas ou crime organizado, em Estados que se omitam ou não tenham condições de assegurar a inviolabilidade de seu território (PEREIRA, 2007). O General Pereira, nessa passagem, faz menção à Cúpula Internacional sobre Democracia, Terrorismo e Segurança, reunida na cidade de Madri, no período de 8 a 11 de março de 2006, que defendeu, à época, a ação de conjunto de Estados contra o crime organizado transnacional.

Com relação aos ilícitos transnacionais, a entrada de drogas no Brasil passa por rotas que tem como principais localidades de apoio as cidades de Cáceres, Corumbá

e Porto Murtinho, caracterizando uma grande fragilidade na repressão ao narcotráfico que atravessa as fronteiras, além de delitos como lavagem de dinheiro e contrabando de armas. Pela sua importância anteriormente abordada, o Rio Paraguai pode ser utilizado como potencial via de escoamento de materiais ilegais, e deste fato decorre que o planejamento e a articulação das capacidades devem considerar o emprego da Marinha do Brasil nesse contexto. Isto acarretará a necessidade não só de existência de meios apropriados, como também de uma capacitação específica do pessoal que estará direta ou indiretamente envolvido nessas operações. Além disso, serão necessários ajustes no arcabouço legal que confirmam legitimidade clara e

**A região do Pantanal
possui uma latente
instabilidade econômica,
social e política**

facilitem o emprego da Marinha do Brasil na repressão a tais ilícitos.

Torna-se, portanto, indispensável destacar que os ilícitos transnacionais não são ameaças diretas à soberania e podem ser combatidos por ações intensas, tais como Patrulha Naval e operações específicas. A ameaça vislumbrada é uma possível alegação de baixo empenho do governo brasileiro no combate a esses ilícitos, como pretexto para a realização de uma intervenção multilateral.

Internacionalização de biomas

O século XXI iniciou-se com um forte apelo às questões ecológicas e impõe desafios de viver com sustentabilidade. Correntes de pensamento defendem ideias radicais que macrorregiões, como o Pantanal, devem permanecer intocáveis. Paralela da comunidade internacional interfere em defesa do preservacionismo na América do Sul, esquecida que outra parcela da comunidade internacional, desenvolvida, é responsável por impactos socioambientais (PEREIRA, 2007). Com o intuito de incluir essa questão na agenda de defesa, a Política de Defesa Nacional destaca que:

A questão ambiental permanece como uma das preocupações da humanidade. Estados detentores de grande biodiversidade (a exemplo do Pantanal), enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo podem tornar-se objeto de interesse internacional (BRASIL, 2005a, item 2.4).

**Com relação aos
mananciais fluviais
brasileiros, as ameaças
de agressão estrangeira
parecem mais concretas**

O General Pereira alerta que antigas propostas de internacionalização, afloradas nos séculos XIX e XX, culminaram nas atuais ideias de soberania limitada e gestão compartilhada dos recursos de importantes biomas, denotando um aumento do interesse internacional nesse assunto. Esses fatos tornam-se preocupantes, pois essas ideias passam a influenciar e colaboram para a formação da opinião pública internacional. Paralelamente, observamos alguns Estados cometendo intervenções contra o Direito Internacional em diversas regiões do globo, donde se conclui que tal atitude pode também ocorrer com prejuízo para os condôminos do Pantanal, sob a alegação de defesa ambiental. A preocupação

aumenta porque os acontecimentos têm mostrado que as justificativas para essas intervenções podem ser reais ou forjadas (PEREIRA, 2007).

Especificamente com relação aos ma-

nanciais fluviais brasileiros, as ameaças de agressão estrangeira parecem mais concretas, preocupação já registrada na Política de Defesa Nacional: “Neste século, poderão ser intensificadas disputas [...] por fontes de água doce e de energia, cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos, configurando quadros de conflito” (BRASIL, 2005a, item 2.1).

Ampliando as ideias de internacionalismo, Pascal Boniface (1956), diretor do Institut des Relations Internationales Stratégiques (IRIS) e membro do Comitê Consultivo para o Desarmamento junto ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, publicou a

obra *Les Guerres de Demain*, em que visualiza uma invasão do Brasil por uma coligação internacional entre os possíveis cenários de guerras do século XXI, ocasião em que, por volta de 2050, as temperaturas estariam mais elevadas e a água mais escassa.

L'Amazonie appartient certes pleinement au Brésil. Mais, si les puissances occidentales ont fait exception au sacro-saint principe de souveraineté des États pour faire la guerre en Yougoslavie [...] pourquoi ne le ferait-il pas contre le Brésil pour s'appropriier l'Amazonie? Le prétexte ne serait plus la protection de la population, mais celle de l'espèce humaine. L'Amazonie étant le poumon de la Terre, si le Brésil ne la protège pas correctement, ce sera le devoir

des autres États de le faire au nom de l'humanité entière (BONIFACE, 2001)¹⁰.

Nessa passagem, Pascal Boniface faz menção direta a uma intervenção militar na Amazônia, porém, considerando os constantes esforços das Forças Armadas em incrementar a defesa daquela região, e que a ideia-força desse autor, descrita no capítulo sobre guerras do meio ambiente, baseia-se na proteção de biomas e defesa contra agressões ecológicas, torna-se razoável imaginar que, em uma possível decisão de formação de uma

coalizão para intervenção no Brasil, com vistas em ocupação de macrorregiões em defesa da ecologia, para o bem de toda a humanidade, o foco possa ser reorientado para a região pantaneira, inclusive levando-se em conta as capacidades militares dos Estados vizinhos, onde, em uma comparação de poderes combatentes, a intervenção multilateral sofreria menor oposição por parte do Brasil no Pantanal, que seria ocupado de forma mais rápida e eficaz, ao contrário de uma ocupação amazônica, que seria muito mais complexa.

A intervenção multilateral sofreria menor oposição por parte do Brasil no Pantanal, que seria ocupado de forma mais rápida e eficaz, ao contrário de uma ocupação amazônica, que seria muito mais complexa

LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DAS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

Concluída a fase do exercício de antevisão de possíveis ameaças de agressões estrangeiras à

soberania nacional e ao povo brasileiro na região do Pantanal, faz-se necessário identificar as principais limitações e possibilidades para a realização de Operações Ribeirinhas naquela região, com foco na calha do Rio Paraguai, onde o bioma pantaneiro, por si só, já apresenta uma série de limitações para aplicação do Poder Naval; contudo, além de detalharmos o aspecto ambiental, há que se mencionar algumas limitações e possibilidades nos níveis político, estratégico e operacional.

¹⁰ A Amazônia pertence ao Brasil. Porém, se as potências ocidentais violaram o sagrado princípio da soberania dos Estados na guerra na Iugoslávia (...), por que não o fariam contra o Brasil, para se apropriar da Amazônia? O pretexto não seria a proteção da população, mas a proteção da espécie humana. A Amazônia é o pulmão da Terra, se o Brasil não protegê-la corretamente, é dever dos demais Estados fazê-lo em nome de toda a humanidade (tradução do autor).

Ambientais

Contribuindo com o cenário de limitações impostas por clima, umidade e solo, aumentam as preocupações com a elevação da taxa de erosão das vertentes do Rio Paraguai, o que poderá conduzir a um maior assoreamento da bacia; bem como com o regime de cheias, monitorado pelas diversas estações dispostas ao longo da calha do rio, onde podemos observar nos gráficos de monitoramento do regime de cheias (Gráficos 1 a 3), que contêm dados estatísticos de períodos superiores a 45 anos, em que os níveis atuais aproximam-

-se da cota de permanência de 50% e, em alguns casos, concentram-se próximos à zona de atenção mínima. Essa análise leva a concluir que, a continuar essa tendência, localidades identificadas por este estudo como Posições Estratégicas (Figura 3), como o caso de Cáceres, que já apresentam limitações para a navegação durante grande período do ano, poderão, em um futuro próximo, não serem mais navegáveis.

Como solução parcial para esse problema, o General Pereira sugere a realização de obras de barragens, que poderiam controlar a entrada de água no sistema e contribuir para a regularização dos afluentes.

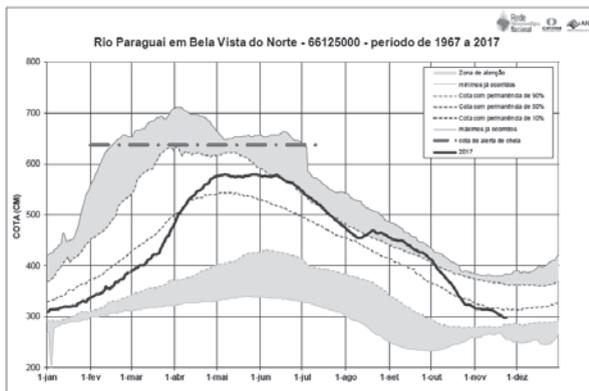


Gráfico 1 – Previsões Hidrológicas – Bela Vista do Norte no período de 1967 a 2017
Fonte: CPRM, 2017

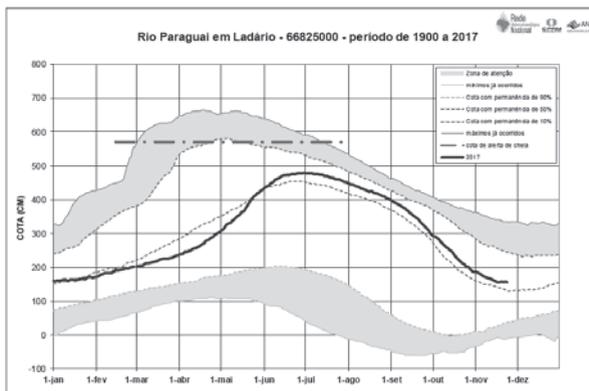


Gráfico 2 – Previsões Hidrológicas – Ladário no período de 1900 a 2017
Fonte: CPRM, 2017

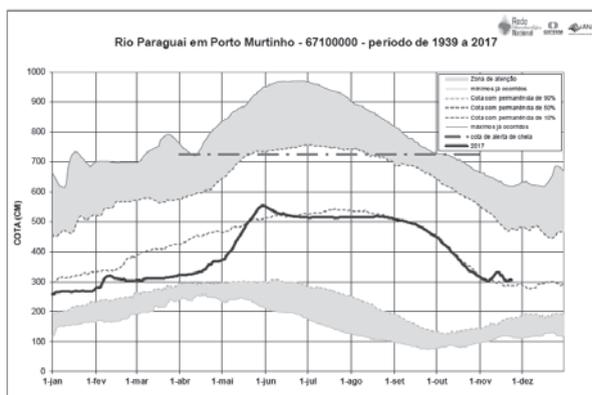


Gráfico 3 – Previsões Hidrológicas – Porto Murtinho no período de 1939 a 2017
Fonte: CPRM, 2017

Como localidades adequadas para instalação de pequenas represas, cita o Rio Apa e o Rio São Lourenço (PEREIRA, 2007).

Outra expressiva limitação em um teatro de operações pantaneiro é a dificuldade da localização de forças oponentes posicionadas próximo às margens, o que torna indispensável a realização de operações de esclarecimento por aeronaves ou por tropa a bordo de embarcações rápidas. Como possibilidade, o desembarque momentâneo de contingente de fuzileiros navais nas margens poderá ser efetuado em pontos críticos, aproveitando-se ao máximo as características operativas de velocidade e manobra das embarcações miúdas. Nos períodos noturnos, constata-se que os óculos de visão noturna (OVN) e a câmera termal incrementam significativamente a capacidade de detecção e identificação das unidades navais, pequenas embarcações e tropa em terra. Para os navios, as câmeras termais mostram-se mais eficientes, comparando-se com o OVN e o radar, e este último mostra-se muito limitado para a detecção de alvos, que podem estar mascarados pela vegetação, tornando-se mais útil para a segurança da navegação.

Diante das limitações ambientais impostas, cabe ao Poder Naval mitigá-las por

meio do emprego flexível dos meios disponíveis, dotados de eficientes equipamentos de detecção e esclarecimento, em que a aeronave mostra-se como um recurso de significativa importância operacional. Por outro lado, as características do Pantanal, que em primeiro momento são percebidas como limitações, podem ser exploradas para favorecer a atuação de nosso Poder Naval. Como exemplo de possibilidades oferecidas pelo ambiente pantaneiro destaca-se a ocultação de meios próximos às margens; a utilização da corrente do Rio Paraguai para infiltrar forças, sem a necessidade de emprego embarcações com motores, que causam indiscrição acústica; e a utilização da iluminação proporcionada pela Lua em ações de incursão.

Políticas

O Tratado de Petrópolis (1903) e o Tratado de Comércio e Navegação Fluvial (1910) estabelecem que os navios mercantes de todas as nações poderão navegar pelo Rio Paraguai no trecho brasileiro e que os navios de guerra bolivianos poderão transitar livremente nessas águas, assegurando o livre acesso a seus portos e a saída para o oceano pelas

águas fluviais brasileiras. O contido nesse dispositivo jurídico permite concluir que, por ocasião de um conflito armado, envolvendo parcela dos Estados que compartilham a bacia do Rio Paraguai, será necessário um elevado trabalho diplomático e operacional para manter a navegação e o comércio dos Estados que permanecerem neutros, refletindo-se em um grande esforço para evitar danos colaterais e prover eficiente identificação das forças inimigas. Depreende-se como possibilidade atenuadora das citadas limitações a necessidade de um eficiente controle do tráfego fluvial e das margens.

Nessas áreas, o controle do tráfego fluvial é de difícil execução, pela grande interferência causada na vida da população local, que depende da hidrovia. O estabelecimento de zonas de exclusão ou de bloqueio torna-se inexecutável, dada a

complexidade da malha hidroviária e a característica jurídica de rio internacional, fato que impactaria na população ribeirinha, podendo voltá-la contra as ações de nossa força, principalmente se essa particularidade for explorada em operações psicológicas pelo inimigo. Assim, a possibilidade de controle da hidrovia mais aceitável é a que busca o fluxo seletivo de embarcações, aliado a um eficiente esforço de esclarecimento. O controle do tráfego fluvial nessa área é essencial, não só para o estabelecimento de um sistema de defesa como também para interromper o fluxo logístico do oponente, demandando a existência de Regras de Engajamento claras e detalhadas.

Estratégicas e Operacionais

A despeito de a política externa brasileira priorizar as relações internacionais sul-americanas e de a conjuntura indicar baixa probabilidade de conflito na região, a dissuasão é a estratégia mais eficiente a ser aplicada desde o tempo de paz. Explicitando a importância do aspecto dissuasório, a Política de Defesa Nacional identifica que uma relevante limitação das Forças Armadas brasileiras diz respeito aos avanços da tecnologia da informação, como o sensoriamento remoto e modernos sistemas de Comando e Controle (C²), que trouxeram

eficiência às ações militares dos Estados que dedicam maiores recursos ao setor de Defesa (BRASIL, 2005a).

Decorrente da análise da Política de Defesa Nacional depreende-se que o Poder Naval que possui uma estrutura de C² eficiente

e que disponha de informações precisas e elevado grau de controle estará em vantagem estratégica e operacional. Porém o que torna as Operações Ribeirinhas tipicamente complexas não é somente o fato de exigirem um elevado grau de C², mas também, e em decorrências das próprias limitações impostas pelo ambiente, essas ações requerem que o comando e o controle sejam frequentemente descentralizados. Considerando-se a existência de recursos de comunicações e enlace de dados, cada vez mais leves e portáteis; os êxitos alcançados nas recentes operações conduzidas por forças estadunidenses, em que a tecnologia embarcada nos sistemas é elevada; e ainda a diretriz prevista na

O estabelecimento de zonas de exclusão ou de bloqueio torna-se inexecutável, dada a complexidade da malha hidroviária e a característica jurídica de rio internacional

END, que determina que, “no cumprimento dessas tarefas, as unidades ganham seu pleno significado apenas quando compõem sistema integrado de monitoramento e controle, feito, inclusive, a partir do espaço” (BRASIL, 2008b, cap. 1, item 9), conclui-se que o Poder Naval que adotar ações centralizadas e não dispuser de eficientes recursos tecnológicos para comando e controle poderá ter seu desempenho operacional, e até mesmo estratégico, reduzido.

Uma segunda limitação nos níveis estratégico e operacional está relacionada à diretriz de que a Marinha deverá adensar a “sua presença nas vias navegáveis (...) do Paraguai-Paraná, empregando tanto navios-patrolha como navios-transporte, ambos guarnecidos com helicópteros, adaptados ao regime das águas” (BRASIL, 2008b, cap. 23, item 5). Desse fato depreende-se que um dos parâmetros fundamentais para o estabelecimento das capacidades dos navios e das embarcações a serem empregados é a consideração das características fisiográficas da região, principalmente o regime das águas, a fim de permitir a mobilidade dos meios fluviais em toda a região em questão. Cumpre ressaltar que dificilmente a existência apenas de navios irá atender aos pressupostos citados; ou seja, será necessária a dotação de embarcações menores e rápidas, em número substancial, para a execução de diversas tarefas, a fim de incrementar as capacidades de enfrentamento e proteção, além do fundamental emprego de helicópteros para transporte e ataque.

Analisando os gráficos de monitoramento do regime de cheias do rio (Gráficos 1 a 3), adotando-se como referência a cota de permanência de 50%, média hidrológica referente aos últimos 40 anos, e comparando-se com um calado de navegação de até 2 metros, conclui-se que é possível navegar ao longo de todo o ano no

tramo sul do Rio Paraguai (Ladário à foz do Rio Apa) e no tramo norte de Ladário até Bela Vista do Norte. Nos demais trechos do tramo norte, que compreende Bela Vista do Norte a Cáceres, a navegação fica restrita aos períodos de março a junho, caracterizando-se como uma extrema limitação de emprego do Poder Naval a partir da posição estratégica de Cáceres. Como possibilidade atenuadora dessa importante limitação, e visando conferir maior flexibilidade de realização de Operações Ribeirinhas, vislumbra-se a utilização de pontos intermediários às Posições Estratégicas identificadas. Dessa forma, as localidades de Bela Vista do Norte e Forte de Coimbra, que já possuem destacamentos do Exército Brasileiro, poderiam ter uso compartilhado e servir como pontos de apoio logístico e para desdobramento de meios aeronavais com capacidade de transporte de tropa, que seriam empregadas nos trechos em que a Força Naval possui limitação de navegabilidade (Figura 3). Essa concepção de emprego corrobora com o estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa, que define que “o imperativo de mobilidade ganha importância decisiva, dadas a vastidão do espaço a defender e a escassez dos meios para defendê-lo. O esforço de presença (...), tem limitações intrínsecas. É a mobilidade que permitirá superar o efeito prejudicial de tais limitações” (BRASIL, 2008b, cap. 1, item 4).

O PREPARO E O EMPREGO DO PODER NAVAL

Passando-se a uma análise específica de conflitos envolvendo oponente com forças superiores, a Estratégia Nacional de Defesa define que o preparo culmina no imperativo da flexibilidade e de elasticidade em uma Guerra Assimétrica, representando uma efetiva possibilidade

da doutrina aqui especificada (BRASIL, 2008b). Diante dessa ameaça, o preparo da Marinha do Brasil e sua estratégia de dissuasão deverão priorizar flexibilidade, mobilidade e poder de combate das forças de ação rápida, em que devem ser exploradas as características do ambiente pantaneiro em um conflito de longa duração, dando grande importância ao conceito de Guerra Assimétrica.

Independentemente da capacidade das forças oponentes, algumas possibilidades poderão ser exploradas de forma geral em qualquer cenário que se configure. Nesse contexto, a Estratégia Nacional de Defesa determina que as Forças Armadas deverão ser organizadas sob a égide do trinômio: monitoramento/controle, mobilidade e presença, resultando a definição das capacidades operacionais para a Marinha do Brasil (BRASIL, 2008b). O trinômio citado obriga que nossas possibilidades sejam articuladas tendo como fundamento básico o intenso uso da tecnologia da informação.

A cadeia “detecção-processamento-tomada de decisão-ação” deve ser fluida e rápida, para permitir compensar a falta de onipresença física com mobilidade. Este imperativo exigirá uma capacidade de Comando e Controle versátil e ágil, que ligue de forma tempestiva a detecção com a ação.

Além dos aspectos mencionados, o correto detalhamento dos objetivos navais

estratégicos da Marinha, relacionados diretamente com as Operações Ribeirinhas, deve considerar o incremento da capacidade de projeção de poder para salvaguardar as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior, bem como a manutenção de forças estratégicas com capacidade de pronta resposta, em ações de defesa dos interesses nacionais e na proteção das áreas e atividades estratégicas, com adoção de diretrizes para reduzir suas vulnerabilidades, ampliando-se a presença da Marinha na região pantaneira e no seu entorno.

Outro conceito que não deve perder o foco diz respeito à necessidade de desenvolvimento de “atividades permanentes de inteligência, para acompanhamento da situação e dos atores que possam vir a representar potenciais ameaças ao Estado e para proporcionar o alerta antecipado ante a possibilidade de

concretização de tais ameaças” (BRASIL, 2008b, cap. 2). Assim sendo, a capacidade de inteligência deve ser desenvolvida desde o tempo de paz, pois possibilitará superar as incertezas, sendo a identificação das ameaças o primeiro resultado da inteligência.

Finalizando com um exercício hipotético, ainda podemos imaginar que em caso de conflito, com o propósito de explorar as vulnerabilidades brasileiras, poderão ser implementadas ações para negar o uso do mar no litoral sul e nos acessos aos principais portos e terminais na região do Pantanal, para interferir nas

A cadeia “detecção-processamento-tomada de decisão-ação” deve ser fluida e rápida, para permitir compensar a falta de onipresença física com mobilidade. Este imperativo exigirá uma capacidade de Comando e Controle versátil e ágil, que ligue de forma tempestiva a detecção com a ação

linhas de comunicação marítima (LCM) brasileiras e, principalmente, no uso das vias fluviais das bacias dos rios Paraguai e Paraná. O cenário de atuação das forças nesta região será múltiplo e diversificado, podendo envolver forças navais, terrestres e aéreas de diversos Distritos Navais, complementadas com meios do Comando em Chefe da Esquadra e da Força de Fuzileiros da Esquadra.

Conclui-se que as diretrizes previstas redundarão em considerável esforço por parte da Marinha do Brasil para atualizar, revisar e aprimorar os planos de dimensionamento e aparelhamento para a região do Pantanal. Nesse ínterim, cumpre ressaltar que o planejamento de adequação de nossas forças, à luz da Estratégia Nacional de Defesa, deve ser pautado em termos de arranjo de capacidades e, por conseguinte, de estabelecimento de parâmetros e requisitos que levem a processos de obtenção das plataformas adequadas às necessidades do ambiente pantaneiro. De uma forma sintética, o preparo e o emprego do Poder Naval no Pantanal devem seguir por um detalhado Planejamento Baseado em Capacidades (PBC).

CONCLUSÃO

No decorrer deste artigo foram abordados aspectos que buscam evidenciar a importância da presença da Marinha do Brasil no Pantanal, em decorrência da possibilidade de, neste século, ocorrerem crises por recursos naturais ou motivadas pelo crescimento de crimes transnacionais

e instabilidades em Estados adjacentes à fronteira oeste, onde o Pantanal poderá se tornar objeto de cobiça ou palco de conflitos armados. Dessa forma, poderá ser necessário realizar Operações Ribeirinhas na bacia do Alto Paraguai, na defesa da soberania ou de brasileiros residentes em Estados contíguos.

Justificando a importância geoestratégica do Pantanal, foi primeiramente enfocada a vertente fisiográfica do Rio Paraguai, em que o trecho de águas compartilhadas com os Estados da Bolívia e do Paraguai compõe parcela significativa da faixa de fronteira oeste, considerada como fundamental para a defesa do território, pensa-

mento alinhado com as teorias organicistas, mostrando-nos que as fronteiras são regiões geopoliticamente sensíveis, cabendo ao Estado vigiá-las para que esta sensibilidade não se transforme em conflito.

Com relação aos aspectos históricos e geopolíticos, as conquistas territoriais foram significativas para consolidar a manutenção da atual fronteira oeste, onde destaca-se a força convergente da Região Centro-Oeste e a sua característica de área *pivot*, em que a cidade de Corumbá torna-se o ponto de atração platino e elo do triângulo geopolítico continental. Complementarmente, ressalta-se o eixo longitudinal que cruza Mato Grosso e conecta-se ao Triângulo Mágico boliviano, evidenciando-se a aplicabilidade das teorias deterministas na América do Sul e a importância geoestratégica do Pantanal, além da relevância do Rio Paraguai e o potencial de projeção das cidades de Corumbá e Cuiabá.

As fronteiras são regiões geopoliticamente sensíveis, cabendo ao Estado vigiá-las para que esta sensibilidade não se transforme em conflito

Finalizando o mosaico dos aspectos geoestratégicos, enfoca-se, na vertente econômica, a importância da atividade comercial regional, em que alguns instrumentos diplomáticos buscaram promover o desenvolvimento e a integração local, justificando o maior intercâmbio promovido pelo Mercosul. O Pantanal configura-se como uma das regiões mais ricas do mundo em potencial energético, insumos e minerais, bem como o Aquífero Guarani destaca-se como uma preocupação de defesa no futuro. Como ponto culminante, conclui-se que as cidades de Cáceres, Corumbá e Porto Murtinho apresentam-se como Posições Estratégicas centrais, reforçando a diretriz de que a MB deverá estar mais presente e considerar a centralidade geoestratégica do Rio Paraguai. Diante da relevância da região, constatamos o surgimento de fatores que podem vir a configurar ameaças à soberania nacional e ao povo brasileiro.

Uma primeira ameaça relaciona-se às instabilidades econômica e política regional, aliadas a questões sociais, como a dos “brasiguaios”, que podem gerar situações de crise, fundamentando a necessidade de possuímos capacidade militar crível na fronteira oeste, considerando o emprego das Forças Armadas no intuito de estabilizar a região ou para realizar operações de resgate de nacionais.

Uma segunda ameaça relaciona-se aos ilícitos transnacionais na faixa de fronteira, onde a entrada de drogas no Brasil possui como apoio as cidades de Cáceres, Corumbá e Porto Murtinho, e o Rio Paraguai pode ser utilizado como via de escoamento. Em decorrência, o planejamento e a articulação do Poder Naval devem considerar o emprego de meios e pessoal capacitados, além da necessidade de ajustes no arcabouço legal, para conferir legitimidade clara e facilitar a repressão a tais ilícitos. Contudo, a ame-

ça vislumbrada não se encontra centrada nos ilícitos transnacionais, mas sim em uma possível alegação de baixo empenho no seu combate, como pretexto para uma intervenção multilateral.

A terceira ameaça diz respeito à possibilidade de intervenção de Estados para a internacionalização de biomas, sob a alegação de defendê-los para o bem da ecologia e da humanidade. Os cenários atuais mencionam uma intervenção militar na Amazônia, porém, considerando os esforços para aumentar a defesa daquela região, imagina-se que o foco possa ser reorientado para o Pantanal.

Foram analisadas, no ambiente interno, limitações, bem como possibilidades atenuadoras ou que exploram o preparo e o emprego da Marinha nas Operações Ribeirinhas no Pantanal. Além de detalharmos os fatores ambientais, foram apresentados aspectos relacionados aos níveis político, estratégico e operacional. Nesse ínterim, constata-se a elevação da taxa de erosão das vertentes do Rio Paraguai. A continuar essa tendência, localidades identificadas como Posições Estratégicas, como o caso de Cáceres, poderão, em um futuro próximo, não ser mais navegáveis. Como possibilidade, vislumbram-se obras de represamento nos rios Apa e São Lourenço, para a regularização dos afluentes. Outra limitação ambiental refere-se à dificuldade da localização de forças oponentes no terreno, tornando indispensáveis as operações de esclarecimento. Essa limitação agrava-se nos períodos noturnos, em que os OVN e a câmera termal incrementam a capacidade do Poder Naval, mostrando-se mais eficientes que o radar. Como possibilidade mitigadora, destaca-se o emprego flexível dos meios, dotados de eficientes equipamentos de detecção e esclarecimento, em que a aeronave possui significativa importância operacional.

Com relação ao nível político, verifica-se que, por ocasião de um conflito armado, será necessário um elevado esforço diplomático e operacional para manter a navegação e o comércio dos Estados neutros na bacia do Rio Paraguai. Como possibilidade, vislumbra-se que o controle do tráfego fluvial e das margens mais aceitável é o fluxo seletivo de embarcações, aliado a um eficiente esforço de esclarecimento e a Regras de Engajamento claras.

Nos níveis estratégico e operacional, a dissuasão é o mais indicado, desde o tempo de paz, além da existência de uma adequada capacidade de C², aliada à adoção de ações

descentralizadas. Outro fator importante relaciona-se aos parâmetros para o estabelecimento dos requisitos dos meios a serem empregados, que devem considerar as características fisiográficas da região, principalmente

o regime das águas. Serão necessárias, ainda, embarcações menores e rápidas, além do fundamental emprego de helicópteros para transporte e ataque. Como conclusão central, é possível navegar ao longo de todo o ano no tramo sul, e no tramo norte, de Ladário a Bela Vista do Norte, porém, nos demais trechos, a navegação fica restrita ao período de março a junho, caracterizando uma significativa limitação a partir de Cáceres. Como possibilidade, e visando conferir maior flexibilidade às operações, vislumbra-se a utilização das localidades de Bela Vista do Norte e Forte de Coimbra como pontos intermediários, para apoio logístico e desdobramento de meios aeronavais.

Avultam-se de importância o preparo e o emprego do Poder Naval contra oponente com forças superiores, em que a estratégia deverá priorizar a flexibilidade, a mobilidade e as capacidades de enfrentamento e proteção, explorando-se as características ambientais com foco no conceito de Guerra Assimétrica. Por outro lado, algumas possibilidades poderão ser exploradas de forma geral em qualquer cenário, e nesse contexto o Poder Naval deverá ser organizado sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença, em que a falta de presença deverá ser compensada com mobilidade, exigindo uma capacidade de

Comando e Controle versátil e ágil. Complementarmente, a capacidade de inteligência deverá ser desenvolvida desde o tempo de paz, pois possibilitará superar as incertezas.

Finalizando, podemos ainda ima-

ginar que as forças oponentes poderão implementar ações para negar o uso do mar no litoral sul e dos principais portos do Pantanal e interferir nas linhas de comunicação marítima e no uso das vias fluviais da bacia. Dos fatores abordados, conclui-se que a Marinha do Brasil deverá realizar um considerável esforço para atualizar, revisar e aprimorar os planos de aparelhamento para a região do Pantanal, em termos de arranjo de capacidades, e, por conseguinte, estabelecer parâmetros e requisitos que levem a processos de obtenção das plataformas adequadas às necessidades do ambiente pantaneiro, oriundos de um detalhado Planejamento Baseado em Capacidades (PBC).

A Marinha do Brasil deverá realizar um considerável esforço para atualizar, revisar e aprimorar os planos de aparelhamento para a região do Pantanal

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<ÁREAS>; Pantanal; Operações Ribeirinhas; Bacia do Paraguai;

REFERÊNCIAS

- BONANATE, Luigi. *A Guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BONIFACE, Pascal. *Les Guerres de Demain*. Paris: Editions de Seuil, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto n. 5.484, de 30 de junho de 2005a. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1 julho 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5484.htm>. Acesso em 28 nov. 2017.
- BRASIL. Decreto n. 6.592, de 2 de outubro de 2008a. Regulamenta o disposto na Lei n. 11.631, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 outubro 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6592.htm>. Acesso em 28 nov. 2017.
- BRASIL. Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008b. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 dezembro 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm>. Acesso em 28 nov. 2017.
- CARVALHO, Newton de Oliveira. Hidrologia da Bacia do Alto Paraguai: Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio Econômicos do Pantanal. 1984, Corumbá, MS. MBRAPADDT, Brasília, DF, 1986.
- CHILD, Jack. *Geopolitics and Conflict in South America*. Stanford, California: Hoover Institution, 1985.
- CPRM – COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (Brasil). Bacia do Rio Paraguai (Pantanal). Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/sace/index_bacias_monitoradas.php#>. Acesso em 28 nov. 2017.
- KLARE, Michael. *Resource wars: the new landscape of global conflict*. Nova Iorque: Metropolitan/Owl Books, 2001.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e teoria das fronteiras: Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 1990.
- OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani. Washington, D.C, 2009. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/20100223172711_PEA_GUARANI_Port_Esp.pdf>. Acesso em 28 nov. 2017.
- PEREIRA, Carlos Patricio Freitas. *Geopolítica e o Futuro do Brasil: Amazônia Ocidental e Pantanal Comunidade Sul-Americana*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 2007.
- SILVA, G.E. do Nascimento; ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de Direito Internacional Público*. São Paulo, SP: Saraiva, 2002.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro, RJ: UniverCidade, 2003.
- SOARES, Álvaro Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 1972.